



Agripino, Tenório, Paim, Collor, Renan e Gim Argello acompanham o resultado da votação da admissibilidade da MP, aprovada por apenas dois votos

Aprovada MP que altera *status* de secretaria

O Plenário aprovou medida provisória que atribui ao secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial o *status* de ministro de Estado. A votação provocou grande polêmica entre os senadores. **5**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.822 – Brasília, quarta-feira, 11 de junho de 2008

Denise Abreu tem segurança reforçada para depor hoje

O presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Marconi Perillo, pediu à Polícia do Senado que reforce a segurança da ex-diretora Denise Abreu e do ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi, que solicitaram a providência. Eles vão depor hoje, a partir das 10h, sobre a venda da Varig e da VarigLog a um fundo norte-americano. Denise acusou a ministra Dilma Rousseff de interferência na negociação. Senadores da base governista municiaram-se, no Palácio do Planalto, de informações sobre o caso. **3**

Estabilidade, a marca de uma Constituição de 20 anos

Ao abrir seminário sobre a Constituição promovido pelo Congresso Nacional, os chefes dos três Poderes destacaram a estabilidade democrática que tem caracterizado o Brasil nos últimos 20 anos. O debate, que reúne juristas e representantes da sociedade civil, deve prosseguir

hoje. **6**



hoje. **6** Benevides (que foi vice-presidente da Constituinte), Garibaldi Alves, José Alencar, Arlindo Chinaglia e Gilmar Mendes no Auditório Nereu Ramos, da Câmara

Senado abre Semana do Meio Ambiente

Garibaldi Alves defende soluções ecológicas ao inaugurar programação. **5**

Novo projeto gráfico do Jornal do Senado

A edição diária do **Jornal do Senado** circula a partir de hoje em novo formato e com projeto gráfico reformulado. O objetivo é facilitar a leitura das matérias e assegurar mais espaço ao noticiário da Casa.

Mais rigor contra crimes praticados via internet

Proposta aprovada na CAE combate estelionato eletrônico e invasão de rede. **8**

Serys, entre parlamentares da Comissão de Orçamento: definição de critérios para análise de emendas



Serys deve aprovar emendas coletivas aceitas por comitê

Do total de emendas analisadas por comitê, 219 são coletivas e 1.386, individuais. Parecer deve ser divulgado hoje. **2**

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Márcia Kahlime

Após triagem técnica, relatora pretende incluir todas as sugestões coletivas no anexo da LDO. Só 55% dos parlamentares registraram emendas individuais

Serys acatará as emendas que passarem por comitê

RELATORA DO PROJETO da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) deve recomendar a aprovação de todas as emendas coletivas sugeridas ao Anexo de Metas e Prioridades para 2009 que receberem sinal verde do Comitê de Admissibilidade de Emendas, responsável pelo exame preliminar das proposições. Serys confirmou essa intenção ontem aos coordenadores de bancadas estaduais na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O Comitê de Admissibilidade também se reuniu para verificar se as 2.939 emendas apresentadas atendem aos requisitos técnicos e de regimento. O presidente do comitê, deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), disse que o relatório ficará pronto hoje. Do total de emendas, 219 são coletivas (de bancadas e de comissões do Senado e da Câmara) e 1.386 correspondem às individuais. As outras 1.334 são emendas ao texto da proposta da LDO.

De acordo com Padilha, 55% do total de senadores e deputados registraram propostas. Mesmo assim, contando as que foram defendidas, as emendas envolveram proposta de despesas ao redor de R\$ 500 trilhões. Os projetos e



Serys reúne-se com coordenadores das bancadas estaduais na CMO

as atividades que constam do anexo devem, em princípio, ficar resguardados dos rigores dos bloqueios de empenho (contingenciamento).

No atendimento, contudo, Serys concederá valores que, depois de somados, vão limitar-se a R\$ 21 bilhões, conforme previsto no parecer preliminar da LDO. No anexo originalmente proposto pelo governo, os projetos e atividades incluídos somavam R\$ 16,7 bilhões.

Prejudicadas

Eliseu Padilha adiantou que 54 emendas já foram consideradas prejudicadas porque indicavam a inclusão, no Anexo de Prioridades, de projetos referentes a investimentos nas empresas estatais, quando as emendas só poderiam se referir aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Outras emendas devem ser consideradas prejudicadas porque envolvem projetos sem correspondência em ações do Plano Plurianual (PPA) 2008/2011.

Serys, que pretende entregar o relatório final do projeto da LDO no dia 18, informou que a maioria das emendas foi direcionada a ações na área social, compatíveis com programações já previstas pelo governo no anexo. Também disse que 19 bancadas estaduais optaram por dirigir suas emendas individuais para projetos previamente negociados. Ao seguir a estratégia sugerida pela senadora, esses estados devem garantir o acolhimento, no anexo, além das cinco emendas de bancadas, de mais cinco que decorreram das sugestões apoiadas pela maioria dos parlamentares.

CMO define relatores setoriais do Orçamento 2009

O colégio de representantes de líderes partidários da Comissão Mista de Orçamento terminou, ontem, a definição dos nomes dos parlamentares que deverão cuidar da elaboração dos dez relatórios setoriais da proposta orçamentária para 2009.

Veja abaixo a lista completa dos relatores e suas respectivas áreas:

1. Poderes do Estado e Representação — Matérias relativas ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público da União, à Presidência da República e ao Ministério das Relações Exteriores — deputado Guilherme Campos (DEM-SP);

2. Justiça e Defesa — Matérias relativas aos ministérios da Justiça e da Defesa — deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF);

3. Fazenda, Desenvolvimento e Turismo — Matérias sobre os ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Turismo; encargos financeiros da União; opera-

ções oficiais de crédito; transferências a estados, Distrito Federal e municípios; e o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal — deputado Dilceu Sperafico (PP-PR);

4. Agricultura e Desenvolvimento — Matérias relativas aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário — senador Neuto de Conto (PMDB-SC);

5. Infra-Estrutura — Matérias sobre os ministérios dos Transportes; das Comunicações; e de Minas e Energia — deputado Carlito Merss (PT-SC);

6. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte — Matérias relativas aos ministérios da Educação; da Cultura; da Ciência e Tecnologia; e do Esporte — deputado Bruno Araújo (PSDB-PE);

7. Saúde — Matérias sobre o Ministério da Saúde — deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE);

8. Trabalho, Previdência e Assistência Social — Matérias

relativas aos ministérios do Trabalho e Emprego; da Previdência e Assistência Social; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — senador Gim Argello (PTB-DF);

9. Integração Nacional e Meio Ambiente — Matérias sobre os ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente — senadora Kátia Abreu (DEM-TO);

10. Planejamento e Desenvolvimento Urbano — Matérias relativas aos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; e das Cidades — senador César Borges (PR-BA).

A CMO designou também o deputado Jorge Khoury (DEM-BA) para relator da Receita. A composição completa dos comitês de Avaliação da Receita, de Avaliação das Informações sobre Obras com Índices de Irregularidades Graves e o de Admissibilidade de Emendas está disponível na página da comissão, no site da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cmo>).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 10h será realizada sessão solene do Congresso Nacional para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por medidas provisórias.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 10h30, do seminário *Propriedade Intelectual e Desenvolvimento*, na Câmara dos Deputados. Às 12h, comparece à posse do ministro da Previdência, José Pimentel, no Palácio do Planalto.

Identificação eletrônica de medicamentos

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate, às 9h, em audiência pública, o projeto que determina a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico (PLS 521/07). Estão entre os convidados representantes da Anvisa e da indústria farmacêutica.

CRE vota indicação de embaixadores

A indicação de Eduardo dos Santos para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Paraguai será votada, às 9h, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também será votada a indicação de Ivan Oliveira Canabrava para embaixador na Bélgica e, cumulativamente, em Luxemburgo.

20 anos da Constituição

O Seminário *20 Anos da Constituição Cidadã* encerra-se hoje, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, com palestras sobre a ordem econômica e trabalho, às 9h30; direitos fundamentais e acesso à Justiça, às 14h; e direitos sociais e políticas públicas, às 16h15.



CCJ analisa substitutivo sobre precatórios

O substitutivo às sete PECs que tratam de precatórios judiciais está entre os 15 itens em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Também deve ser votada proposta sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Ex-diretora da Anac fala sobre venda da Varig

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza, às 10h, audiência sobre denúncias de irregularidades no processo de venda da Varig e da Varig-Log. Será ouvida a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu, entre outros convidados.

Lançamento do livro *Repercussão geral*

Lançamento, às 18h30, do livro *Repercussão geral*, do consultor do Senado Bruno Dantas Nascimento, na Biblioteca do Senado.

Homenagens a Darcy Ribeiro e Hélio Costa

O ex-senador Darcy Ribeiro será homenageado, às 10h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com palestra do professor Célio da Cunha — "Darcy e sua visão prospectiva da educação". O ministro Hélio Costa, senador licenciado, fará pronunciamento e terá sua foto fixada na galeria de ex-presidentes da CE.

Crianças e adolescentes desaparecidos

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projeto que trata da criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Entre os 13 itens da pauta está também o substitutivo a dois projetos que permitem ao trabalhador escolher a instituição bancária para receber seus vencimentos.

SENADO RECEBE DOIS PREMIADOS COM O NOBEL DA PAZ

O Senado recebe nesta semana a visita dos dois últimos agraciados com o Prêmio Nobel da Paz: Rajendra Pachauri, premiado em 2007, juntamente com o ex-vice-presidente americano Al Gore; e Muhammad Yunus, premiado em 2006.

O indiano Pachauri, que preside

o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, será recebido hoje pelo presidente Garibaldi Alves, em audiência que integra as comemorações da 3ª Semana do Meio Ambiente. Já Yunus é o inventor do microcrédito e comparecerá ao Plenário durante a sessão de amanhã.

Leopoldo Silva



Maciel fala no lançamento da obra *Governando o governo*, na Biblioteca do Senado

Brasil precisa de reforma institucional, diz Maciel

O título do livro *Governando o governo* é sugestivo de que o governo seja, de fato, a expressão do querer coletivo. A afirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), ao abrir ontem a cerimônia de lançamento da obra, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

– Mais que uma reforma política, precisamos de uma reforma institucional.

Segundo Maciel, Antônio Carlos Pojo do Rego, um dos autores da obra, já falecido, teria dado “testemunho consistente” de que a melhoria do Brasil passa pela melhoria de suas instituições.

O senador disse que o país assiste à fragilização do federalismo, pois, embora a Constituição considere os municípios como entes federativos, eles seriam mais desconhecidos e menos aquinhoados que estados e União.

CPI da ONGs ouve entidades sobre recursos da Finatec

Ao depor perante a CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o proprietário da empresa Intercop, Luís Antônio Lima, negou qualquer irregularidade em contrato firmado com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB).

Lima contou que no ano 2000, por meio de termo de parceria com a Finatec, a Intercop começou a desenvolver “um projeto inovador” para aperfeiçoar a prestação de serviços pela administração pública. Segundo disse, a fundação pagou R\$ 14 milhões pela metodologia e, a partir de 2005, repassou-a integralmente às prefeituras de São Paulo, João Pessoa, Recife, Fortaleza e Vitória, entre outras, por meio de contratos sem licitação.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionou o caráter inovador do projeto e afirmou que a iniciativa não produziu nenhuma melhoria nos serviços públicos de Fortaleza.

O relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), observou que a Finatec só poderia dispensar a

licitação pública se o repasse do projeto fosse tocado por outra fundação, mas não por uma empresa privada como a Intercop. Em resposta ao senador, Luís Antônio Lima explicou como o projeto era aproveitado pelas prefeituras municipais.

Por sua vez, a proprietária da empresa M2R, Romanna Remor, negou denúncias da imprensa de que ela e seu marido, Gileno Marcelino, teriam firmado contratos de R\$ 1 milhão para elaborar o plano diretor dos municípios de Urussanga, Braço do Norte, Siderópolis, Treviso, Lauro Muller, Orleans e Cocal do Sul, em Santa Catarina.

A CPI ouviu ainda o ex-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsau), José Dórea.

Antes dos depoimentos, a comissão, presidida por Raimundo Colombo (DEM-SC), realizou reunião secreta para que os senadores analisassem documentos sigilosos enviados pelo Coaf sobre registro de operações que tenham indícios de irregularidades em saques ou depósitos superiores a R\$ 100 mil.

Ex-diretora e ex-presidente da Anac serão ouvidos hoje pela Comissão de Infra-Estrutura sobre denúncia de favorecimento na venda da Varig

Denise Abreu e Zuanazzi terão segurança reforçada

O SENADOR MARCONI Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), solicitou à Polícia do Senado que seja reforçada a segurança da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu e do ex-presidente do órgão Milton Zuanazzi. Em audiência pública, às 10h, na comissão, Denise e Zuanazzi falarão sobre a venda da companhia aérea Varig para a Varig-Log, controlada pelo fundo norte-americano Matlin Patterson e por três sócios brasileiros.

– Ela solicitou à assessoria garantias em relação à segurança dela e dos documentos que trará. Milton Zuanazzi solicitou providências idênticas – disse Marconi.

O senador ressaltou que, na conversa com a assessoria da comissão, Denise Abreu deixou claro que sua preocupação maior se referia aos documentos que trará. A ex-diretora pode esclarecer as denúncias feitas por ela em entrevista publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, na semana passada. Denise afirmou ter sido pressionada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a beneficiar os vencedores do leilão de venda da Varig à VarigLog.



J. Freitas



Rosevelt Pinheiro/ABR



Elza Fuzo/ABR

Marconi Perillo (foto no alto): garantias de segurança foram solicitadas por Denise Abreu e Milton Zuanazzi (abaixo)

Outras cinco pessoas que participaram do processo, direta ou indiretamente, também serão ouvidas: o ex-procurador-geral da Anac João Ilídio de Lima Filho; o ex-procurador-geral da Fazenda Manuel Felipe Brandão, que se posicionou contra o fato de os adquirentes da Varig se livrarem de uma dívida tributária de R\$ 2 bilhões; e os ex-diretores da Anac Leur Lomanto e Jorge Velozo, que confirmaram as denúncias de Denise Abreu. O juiz do caso Varig, da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Ayoub, não confirmou a presença.

Marconi Perillo disse que ainda não foi decidido se todos os convidados serão ouvidos em conjunto ou separadamente. Também não foi determinada a ordem das oitavas.

– Vai ser uma sessão muito movimentada, acho até que mais do que a que ouviu a ministra Dilma. Esperamos a presença maciça de senadores. Oposição e governo estão se preparando. Vamos procurar dar um tom severo à reunião, para que ela transcorra como nós esperamos e como a sociedade brasileira espera – afirmou o presidente da comissão.

Base vai ao Planalto em busca de informações

Senadores da base do governo que compõem a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reuniram-se ontem, no Palácio do Planalto, com o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, para se municiarem de informações oficiais acerca do processo de venda da companhia aérea Varig e da subsidiária de cargas VarigLog, entre 2006 e 2007.

O encontro, que contou com a presença da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, serviu para preparar os parlamentares para o depoimento da ex-diretora da Anac Denise Abreu.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Denise acusou Dilma Rousseff de ter feito tráfico de influência durante o processo de venda da companhia aérea. A ex-diretora disse ter sido pressionada pela ministra

para beneficiar o fundo norte-americano Matlin Patterson e os três sócios brasileiros que venceram a disputa.

De acordo com o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que participou do encontro, tratou-se de uma “reunião técnica de informações e procedimentos”.

– Como sabemos que há interesses comerciais e políticos, é fundamental que possamos estar informados – disse.

Casagrande ressaltou que a preocupação do governo é garantir que “uma disputa judicial não se transforme em disputa política”. Em sua avaliação, se houve equívocos no processo de venda da companhia aérea, eles devem ser identificados pelo juiz que acompanha o caso, Luiz Roberto Ayoub, da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

A Matlin Patterson e os sócios brasileiros que compraram a VarigLog, e, em seguida, venceram o leilão da venda da Varig, travam disputas judiciais pela gestão dos recursos advindos da operação. A VarigLog comprou as operações da Varig em leilão por R\$ 24 milhões e, depois, revendeu a companhia aérea à Gol por R\$ 320 milhões.

– A grande dúvida é o que a levou a apresentar essas denúncias agora. Se ela [Denise Abreu] tiver alguma irregularidade para apresentar, tem que apresentar amanhã [hoje], senão parece que se trata de alguma mágoa do passado. Ela, de fato, sofreu um momento de muita angústia – observou Renato Casagrande, em referência à saída de Denise da diretoria da Anac no ano passado, no auge da crise aérea.



Leopoldo Silva

Colombo (C), ao lado de Inácio Arruda (seg. à esquerda), preside reunião da CPI

Garibaldi é contra CPI para investigar denúncia

Indagado se as irregularidades apontadas na venda da Varig são graves o suficiente para se criar comissão parlamentar de inquérito (CPI), o presidente do Senado, Garibaldi Alves, considerou o remédio forte demais para uma situação que pode ser examinada pelos meios jurídicos de rotina.

– Todo assunto é grave quan-

do alcança determinada repercussão junto à opinião pública. Mas nem toda doença grave leva o doente para a UTI. A CPI é a UTI do Congresso. Devem-se apurar através da CPI não os casos graves, mas os gravíssimos.

Para Garibaldi, a audiência que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza para

ouvir a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil é suficiente para sanar as dúvidas do caso.

O senador também afirmou que não há mais chance de a proposta de emenda à Constituição que aumenta o número de vereadores ser votada a tempo de vigorar para as eleições de outubro.

Sessão especial lembra o "genial Artur da Távola"

Em sessão especial, o Senado homenageou ontem o ex-senador, escritor e jornalista Artur da Távola. Com a presença da viúva, Mirian Ripper, e do filho Eduardo Monteiro de Barros, a sessão foi aberta pelo 2º vice-presidente, Alvaro Dias (PSDB-PR), que se referiu ao homenageado como o "genial Artur da Távola".

Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), recor-

dou que, para Paulo Alberto, nome de batismo pelo qual o homenageado era chamado entre os amigos, o exílio serviu ao aprimoramento cultural. Falaran ainda Pedro Simon (PMDB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Marconi Perillo (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Viúva exalta espírito conciliador do homenageado



Garibaldi (C) e Eduardo ouvem discurso de Mirian

Mirian Ripper, viúva de Artur da Távola, afirmou, durante a sessão, que Paulo Alberto parecia ter "uma lanterna existencial que iluminava e tornava transparentes pontos por vezes obscuros, não compreendidos ou não detectados pelas pessoas em geral".

– Paulo Alberto sabia traduzir como poucos, de maneira refinada e culta, o que pensávamos e sentíamos, mas não conseguíamos expressar. Pelo menos, não de forma

tão bela – disse Mirian.

Com suas crônicas, Távola, cujo verdadeiro nome era Paulo Alberto Moretzsonh Monteiro de Barros, ajudou a muitos, elevou espíritos e promoveu sempre o melhor de cada um, destacou ela.

– Seu espírito conciliador, observador, o analista inteligente, junto com sua natureza generosa e com sua alma elegante, também ajudaram. Era assim na política, na vida pessoal e na família – testemunhou.

A coerência do líder trabalhista e sua contribuição para a democracia e a educação nacional são destacadas nos discursos de vários senadores

Senado homenageia memória de Brizola

O PLENÁRIO DO Senado homenageou ontem a memória do ex-presidente nacional do PDT e ex-governador Leonel de Moura Brizola pelo transcurso do quarto aniversário de sua morte. A homenagem foi requerida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e contou com a presença de dirigentes do partido e políticos trabalhistas.

Primeiro orador, Paulo Paim (PT-RS) classificou Brizola como "um gaúcho da solidão dos pampas", que acabou notabilizando-se na política do Brasil e do exterior por sustentar convicções e ideais dos quais nunca se afastou, entre eles a justiça social.

Por sua vez, Cristovam Buarque observou que grandes nomes do cenário político, como Brizola, jamais deveriam ser esquecidos. "A gente mede a importância dos grandes nomes políticos justamente pela sua ausência, e Brizola está fazendo falta ao Brasil neste momento", frisou o parlamentar.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse que o líder trabalhista "fez do seu discurso uma lição pontuada e duradoura do seu amor pelo Brasil, ao eleger a luta pela democracia, pelos direitos civis e pela promoção social". Gilberto Goellner (DEM-MT) recordou o passado humilde do homenageado no interior do Rio Grande do Sul, antes de ir para

Porto Alegre, onde se iniciaria na vida política como deputado estadual.

Já Osmar Dias (PR), líder do PDT na Casa, lembrou que foi por interferência de Leonel Brizola que se filiou ao partido. "Eu era PSDB, mas tive divergências com o partido por causa de uma CPI e fui convidado pessoalmente por Brizola, aqui no Senado, para me reeleger senador no Paraná pelos trabalhistas", recordou. Osmar salientou que, na luta pela educação, o político trabalhista construiu 6.300 escolas no Rio Grande do Sul e 500 escolas em tempo integral no Rio de Janeiro – os Cieps.

Também falaram Geovani Borges (PMDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ao final, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, associou-se aos oradores, elogiando Cristovam pela

"feliz iniciativa" da homenagem.

– Brizola exerceu grande influência sobre uma geração de políticos brasileiros. Além de notabilizar-se como membro da Internacional Socialista, sua vida foi marcada pelos anos de resistência à ditadura militar – disse Garibaldi.



Luta de Brizola pela justiça social é destacada

Único político que se elegeu governador de dois estados

Nascido em 22 de janeiro de 1922, Leonel de Moura Brizola tornou-se um dos maiores líderes nacionalistas do Brasil até sua morte, em 21 de junho de 2004, aos 82 anos, no Rio de Janeiro. Primeiro e até agora único político brasileiro a se eleger governador de dois estados – o Rio Grande do Sul (1959-1963) e o Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994), foi considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e João Goulart. Por toda a vida, defendeu a educação, a reforma agrária e a distribuição de renda.

O líder trabalhista nasceu no povoado de Cruzinha, hoje sob a jurisdição do município de Carazinho. Filho de camponeses, teve infância e adolescência pobres, e viu-se obrigado a estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Em 1939, Brizola formou-se técnico rural. Mudou-se para Porto Alegre em 1940 e em 1949 graduou-se engenheiro civil pela Universidade do Rio Grande do Sul. Simpatizante de Getúlio Vargas, entrou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945, e foi eleito deputado estadual pela legenda em 1947.

Em março de 1950, Brizola casou-se com Neusa Goulart, irmã de João Goulart. O próprio Vargas foi padrinho de casamento. Também em 1950, Brizola foi reeleito deputado estadual. Já em outubro de

1954, conquistou uma cadeira de deputado federal, e em 55 foi eleito prefeito de Porto Alegre. Brizola ganhou a eleição para o governo gaúcho em 1958.

Em 1960, ele se mudou para o Rio de Janeiro, onde em 1962 foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara. Viveu no exílio depois do golpe militar de 1964 – de 64 a 77 no Uruguai, sendo expulso do país por pressão da ditadura brasileira, e continuou o exílio nos Estados Unidos, retornando ao Brasil apenas em 1979, com a Lei da Anistia. Na volta, perdeu o direito de usar a legenda PTB e fundou, em maio de 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual foi eleito governador do Rio de Janeiro em 1983.

Em 1989 ficou em terceiro lugar nas primeiras eleições diretas para a Presidência da República após a ditadura, apoiando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno.

É novamente eleito, em 1990, governador do Rio. Em 1993, criou a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Disputou a Presidência da República mais uma vez em 1994. Em 1998, foi candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Brizola foi também vice-presidente da Internacional Socialista.

Voto de pesar pela morte do ex-senador Meira Filho

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do ex-senador Meira Filho, aos 85 anos, no último domingo, decorrente de um aneurisma cerebral. O senador lembrou que Meira foi o candidato do Distrito Federal mais votado para o Senado em 1986, ano em que pela primeira vez a capital elegeu deputados e senadores. Ele pediu envio de condolências à família.

Arthur Virgílio disse que, até hoje, mantém amizade com os filhos de Meira Filho.

– Todos se lembram da sua passagem por esta Casa. Uma pessoa cordial, justa, decente; um homem simples, humilde, que se fez querido do povo e o povo o fez senador.

José Agripino (RN), líder do DEM, associou-se à manifestação de pesar, observando que se tratava de "homem sério, correto e decente", tendo atuado como constituinte. Mário Couto (PSDB-PA), líder da Minoria, também homenageou o ex-senador, apontando como um dos radialistas mais populares de Brasília e um dos iniciadores da Rádio Nacional de Brasília.

Viana celebra 40 anos da Justiça Federal no Acre

Tião Viana (PT-AC) prestou homenagem à Justiça Federal no Acre, pelos 40 anos de serviços prestados à população. Ele destacou o trabalho daquela seção judiciária baseado nos "princípios democráticos de igualdade, liberdade e justiça social e na ordem jurídica legítima, comprometida com a dignidade da pessoa humana", mesmo durante o regime ditatorial.

O senador citou exemplos de ações da seção judiciária na "busca do respeito às leis e do resgate da normalidade institucional", como a suspensão da exigência de prova documental para comprovação da condição

de seringueiro junto ao INSS; a realização, em 2000, da maior audiência em processo de narcotráfico do país, resultando na condenação de 37 réus; e o julgamento e condenação de madeireiros ao ressarcimento por danos materiais e morais à comunidade indígena Ashaninka-Kampa.

– Por tudo isso, é com muita satisfação que presto minhas saudações aos juizes federais Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, David Wilson de Abreu Pardo, Pedro Francisco da Silva e Jair Araújo Facundes, cujo trabalho em prol da consolidação da democracia



Tião Viana: ação da seção judiciária "está comprometida com a dignidade da pessoa"

e do estado de direito no Acre tem sido motivo de orgulho para todos nós – disse.



Virgílio, Jucá e ACM Júnior durante análise de MP sobre Igualdade Racial

Aprovada MP que atribui a secretário *status* de ministro

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, a medida provisória que transforma o cargo de secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial em ministro de Estado.

A oposição e parte dos governistas – como Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Osmar Dias (PDT-PR) – protestaram pelo fato de o envio da proposta (MP 419/08) ao Congresso ter sido feito por medida provisória. Eles disseram que o governo federal deveria ter proposto a mudança por meio de projeto de lei e pedido a tramitação em regime de urgência. Mesmo assim, os pressupostos de urgência e relevância acabaram sendo aprovados por 29 votos a 27.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a MP foi baixada por conveniência: dar uma remuneração de ministro ao deputado Edson Santos (PT-RJ), que, em fevereiro, assumiu o cargo – transformado em ministro-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial –, no lugar de Matilde Ribeiro.

– A mudança do *status* da secretaria foi uma condição do

deputado para aceitar o cargo – disse Virgílio.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lembrou que, ao assumir um ministério, o deputado não precisa abrir mão do mandato, o que ocorreria se fosse assumir uma secretaria.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) antecipou que irá votar a favor da MP 423/08, que abriu créditos extraordinários para o Ministério da Integração Nacional atender às vítimas das últimas enchentes do Nordeste, argumentando que nem sempre a oposição é contra a edição de MPs.

O relator-revisor da matéria, Paulo Paim (PT-RS), apesar de se dizer um crítico da forma como o governo edita MPs, pediu que, naquele caso, os senadores aprovassem a medida “de grande relevância na luta por mais integração racial”. A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), apelou aos senadores para que não se estendessem tanto nas discussões, de modo a facilitar o exame de outras propostas.

– Se acham que o debate está enjoativo, porque não nos brindam com o silêncio? – frisou.

Precisamos reaprender a votar projetos de lei, diz Garibaldi

De 127 sessões deliberativas realizadas pelo Senado em 2007, 89 estiveram com a pauta trancada por medidas provisórias. Uma situação “inadmissível”, disse o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao abrir o seminário 20 Anos da Constituição Cidadã, promovido pelas duas Casas do Legislativo.

– Isso é um atentado à Constituição. Já basta de tanta medida provisória. Nós temos que reaprender a votar projetos de lei – disse.

Criticando o excesso de detalhes que marcam os dispositivos constitucionais, Garibaldi lembrou que 62 emendas alteraram a Carta Magna nesses últimos 20 anos.

– Vamos comemorar os 20 anos da Constituição, mas sem confeitar demais o bolo. A Constituição de 1988, se não tivesse se esmerado tanto em detalhes, talvez tivesse aberto espaço para a atuação do legislador ordinário, fortalecendo o Congresso.

Garibaldi recomendou que se pense cada vez mais em mudanças voltadas para a clareza e a

simplificação do texto constitucional, a fim de não asoberbar o Supremo Tribunal Federal com demandas sobre sua interpretação. Ele fez também críticas aos direitos garantidos pela Carta e até hoje não concretizados.

– Muitos direitos ali, como à saúde, à educação e à segurança pública, não chegam de verdade ao cidadão comum.

O presidente do Senado referiu-se ainda à lei orçamentária, que tem seus recursos frequentemente restringidos por decretos presidenciais.

– Temos um verdadeiro orçamento paralelo. São problemas de índole constitucional, tanto que foram parar no Supremo. E o Supremo, há poucos dias, resolveu que as medidas provisórias não deveriam conter créditos extraordinários.

Garibaldi acrescentou que, apesar dessas críticas, entende que, “se há uma coisa que a Constituição de 88 legou aos brasileiros, foi a democracia”.

LEIA MAIS NA PÁGINA 6 SOBRE OS 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

Presidente do Senado inaugura a 3ª Semana do Meio Ambiente, que a Casa promove até o dia 13 com exposição e uma série de atividades

Garibaldi defende soluções ecológicas, e não o lamento

“UMA ATITUDE VOLTADA não para o lamento nem para o protesto, mas para as soluções, para as ecossoluções.” A recomendação é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, que, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do diretor-geral Agaciel Maia, inaugurou ontem a 3ª Semana do Meio Ambiente, marcada por uma exposição no Salão Negro do Congresso.

No entender de Garibaldi, iniciativas como essa demonstram a sintonia do Parlamento com o espírito dos tempos e

com as demandas da sociedade. Ele defendeu a guarda, a proteção e a preservação do que definiu como um dos maiores tesouros ecológicos da Humanidade – a Floresta Amazônica.

– Temos que enfrentar seriamente a questão ambiental, que vem se tornando uma das principais preocupações não só do governo, mas da sociedade. Nós temos a preocupação com a poluição atmosférica, temos a preocupação com todas as formas de ameaça aos nossos recursos naturais, mas temos agora, da parte do Senado, em

sintonia com a Câmara, essa atitude de partirmos para as chamadas soluções, as chamadas ecossoluções – afirmou.

Ao agradecer aos que se preocupam com a vida do planeta, Garibaldi manifestou gratidão sobretudo aos que colaboraram para a realização desta 3ª Semana do Meio Ambiente, e fez uma promessa.

– Nós vamos prosseguir enfrentando esse que é um dos grandes desafios das autoridades nos dias de hoje: preservar a natureza sem abdicar do desenvolvimento sustentável – concluiu.



Garibaldi Alves (ao lado de Mariângela Cascão) visita estande no Salão Negro do Congresso Nacional

Exposição mostra uso consciente de recursos naturais

Desde a manhã de ontem, os visitantes que passam pelo Salão Negro do Senado podem apreciar a EcoSoluções – uma exposição de trabalhos de 16 instituições, entre as quais o Senado, a Câmara dos Deputados, o Ibama e a Petrobras. A mostra é parte da programação da 3ª Semana do Meio Ambiente.

A exposição, que se encerra no próximo dia 13, exhibe os trabalhos desses órgãos que, de forma interativa, tratam do uso consciente dos recursos naturais e da gestão ambiental, do descarte, tratamento e reaproveitamento de resíduos. O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, agradeceu o apoio dado pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, e pelo 1º secretário, Efraim Moraes, à gestão ambiental realizada na instituição.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, cumprimentou a iniciativa do Senado Verde e lembrou que a Câmara mantém um programa semelhante – o EcoCâmara.

A coordenadora do Senado Verde, Mariângela Cascão, explicou que a EcoSoluções tem como objetivo promover intercâmbio de informações.

Arquiteto aponta medidas contra o desperdício

O arquiteto e integrante do projeto Senado Verde Mário Viggiano apresentou ontem diversas iniciativas que o Senado tem tomado para evitar o desperdício de recursos e reutilizar materiais. Direcionada a estudantes de Arquitetura, a palestra teve como tema “Diretrizes de Sustentabilidade para Edifícios Públicos”.

Mário Viggiano citou, entre outras medidas adotadas, o sistema de captação de água da chuva, a estação de tratamento que reutiliza a água usada na lavagem dos carros oficiais do Senado e o viveiro do Senado. Além disso, o arquiteto apresentou também sugestões de instalações sustentáveis na construção civil, como uso de iluminação natural a partir de fibra óptica, madeira certificada, telhados fotovoltaicos – que convertem a energia solar em energia elétrica – e telhado verde, que consiste na criação de jardins em cima do telhado.

Participaram da palestra Fabiano Sobreira, da Câmara, e Valdir Lavorato, do TCU.

Em debate, ressalvas à ação da mídia

O Senado promoveu ontem, no auditório do Interlegis, palestra sobre o papel da comunicação nos conflitos socioambientais, integrada à programação da 3ª Semana do Meio Ambiente. Ivan Dutra, consultor legislativo do Senado e membro do programa Senado Verde, abriu o debate criticando o comportamento dos veículos de comunicação na cobertura de matérias ligadas ao meio ambiente. Ele afirmou que é dever do jornalista simplificar a notícia para o público.

Estavam presentes na palestra o apresentador do programa *Sintonia Ambiental*, da Rádio Senado, José Carlos Sigmaringa; a jornalista Cláudia Tavares; e as coordenadoras do programa *Senado Verde*, da Rádio Câmara, Mônica Montenegro e Ana Raquel Macedo.

Sigmaringa apontou a influência da chamada “indústria cultural” na formação do profissional de comunicação. Disse que o interesse dos veículos de comunicação integrados nessa indústria é manter os jornalistas como uma espécie de “operários-padrão”, e que os profissionais não podem questionar o modelo.

Seminário sobre a Carta Magna reúne o vice-presidente da República e os presidentes do STF, Senado e Câmara

Estabilidade nos 20 anos da Constituição

A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA que caracteriza o Brasil nos 20 anos de vigência da atual Constituição foi ressaltada pelos chefes dos três Poderes na abertura, ontem, do seminário promovido pelo Congresso Nacional para discutir os significados da Carta na história do país.

Conforme o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o período representa o mais longo de normalidade democrática desde a proclamação da República. A importância da Constituição no restabelecimento do estado de direito também foi destacada pelo vice-presidente da República, José Alencar, que representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e pelos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Gilmar Mendes salientou ainda a "luta institucional" travada pelos constituintes e sua coragem ao construir uma Constituição com "clara opção pela democracia" em meio a um contexto marcado pelos anos de ditadura militar.



Garibaldi (E) é ouvido por Gilmar Mendes, Chinaglia, José Alencar e Benevides

O espírito que marcou os trabalhos de elaboração da Carta Magna foi recordado pelo deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), à época presidente do Senado e vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

José Alencar lembrou a atuação de Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, destacando sua participação nos movimentos que antecederam a elaboração da Carta, como a campanha das Diretas Já e de anistia aos exilados políticos.

Garibaldi Alves ressaltou o "espetáculo democrático" vivido pelo país com a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Ele lembrou que o contexto da época pode explicar a decisão dos constituintes pelo detalhamento, no corpo da lei, de direitos e garantias. No entanto, o presidente do Senado disse esperar que o seminário leve à reflexão sobre o sentido da ocorrência do grande número de emendas ao texto – 62 nesses 20 anos.

– O texto foi alterado em mé-

dia três vezes por ano – frisou ele, defendendo maior clareza e simplificação do texto constitucional. Garibaldi também condenou a regra que permite ao Executivo "governar por medida provisória".

Sobre as críticas ao grande detalhamento das normas constitucionais, Gilmar Mendes afirmou que a Constituição deve espelhar a sociedade. Mencionando as diferenças sociais e econômicas no país, ele sustentou que a Carta deve ter o número de artigos necessários à defesa dos direitos de todos os cidadãos brasileiros.

Também estiveram presentes à abertura do seminário os senadores Valter Pereira (PMDB-MS), José Nery (PSOL-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

O debate, que continua hoje, está estruturado em cinco painéis, nos quais serão discutidas as mudanças ocorridas no período, nos diferentes setores da sociedade. Informações sobre o seminário podem ser obtidas no endereço www.congresso.gov.br/ANC88.

Valadares elogia programa Sergipe para Todos

O programa social Sergipe para Todos foi elogiado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador relatou visita que fez no dia 6 ao município de Simão Dias, a convite do governador do estado, Marcelo Déda. Juntamente com a equipe de governo, representantes do Ministério Público de Sergipe e da Justiça Estadual, Valadares e Déda lançaram o programa na cidade, disponibilizando benefícios nas áreas de educação, segurança pública, saúde, agricultura e na agilização dos processos judiciais que tramitam na comarca.

Valadares ressaltou a solenidade de entrega simbólica da energia elétrica ao assentamento 27 de Outubro, por meio do programa Luz para Todos do governo federal. O senador afirmou que a produção rural está aumentando substancialmente em Sergipe, e que Simão Dias está dando um exemplo para que as famílias assentadas consigam autonomia financeira.

Kátia Abreu defende indicação para relatoria

Kátia Abreu (DEM-TO) rebateu críticas recebidas da senadora Marina Silva (PT-AC) e da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), publicadas na imprensa, condenando a sua indicação pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a relatoria de Integração Nacional e Meio Ambiente no Orçamento 2009.

A oportunidade da primeira escolha das relatorias coube ao PT, lembrou Kátia Abreu, mas o partido preferiu a área de Infra-Estrutura. A senadora do DEM considerou como preconceito o temor manifestado por Marina e Vanessa de "retrocesso na área ambiental pela sua entrega à bancada ruralista".

– Não sou do partido da bancada ruralista. Eu defendo o agronegócio brasileiro de frente e enfrento os defeitos que o meu setor pode ter, os erros que nós podemos cometer, mas sei reconhecer que é um setor que representa um terço do produto interno bruto (PIB), dos empregos e das exportações e exijo respeito porque é esse setor que vem segurando há oito anos a balança comercial brasileira – afirmou.

José Afonso critica primazia do Executivo sobre outros Poderes

A Constituição de 1988 falhou ao não concluir a reforma do Estado e ao manter a primazia do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário, afirmou José Afonso da Silva, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), no seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*. Para o professor, o texto, que teve o mérito de restabelecer o estado de direito, manteve a cultura paternalista segundo a qual são esperadas dos chefes dos Executivos as soluções para os problemas sociais.

José Afonso da Silva afirmou não ser contra a figura de um Estado forte, ressaltando que a modernização do país não

precinde de uma expressiva atuação estatal. No entanto, ele classificou como indesejável a hegemonia do Executivo configurada na Constituição. Conforme observou, a equivalência entre os Poderes é essencial para o fortalecimento da democracia. Mesmo reconhecendo que, a partir da Constituinte de 1988, o Congresso foi elevado a importante participante das decisões nacionais, o professor lamentou o fato de o Legislativo continuar "susceptível ao poder do presidente da República".

Em relação ao ordenamento político do país, José Afonso apontou falhas no sistema de representação proporcional.



José Afonso: "Carta protege os brasileiros"

Para ele, o modelo, associado à fragilidade dos partidos, tem gerado desvios como a formação de blocos corporativos que atuam no Congresso. Ao apontar a necessidade de

uma reforma política, José Afonso citou exemplos de sistemas distritais, os quais, defendeu, devem ser discutidos dentro do contexto brasileiro.

Conforme destacou o especialista, muitas das críticas à Carta devem-se a "interesses contrariados das elites conservadoras brasileiras". Para o professor, a proteção aos direitos dos brasileiros está entre as virtudes da Constituição.

– Apesar de suas imperfeições, a Constituição reflete os ideais de justiça social, porque o princípio popular teve importante papel na sua elaboração.

Valter Pereira resalta a participação da sociedade civil na elaboração do texto constitucional

No seminário *20 Anos da Constituição Cidadã*, promovido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) mediou o painel "Processo constituinte e participação popular", que recebeu João Gilberto Lucas Coelho, coordenador do Cen-

tro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, da Universidade de Brasília (UnB); Francisco Whitaker, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial; e Adriano Pilatti, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Valter Pereira ressaltou a participação da sociedade civil na Constituinte. Para ele, o cidadão assumiu uma "participação efetiva" no processo.

Também discutiram o tema o deputado Michel Temer (PMDB-SP); José Geraldo de Sousa Júnior, ex-diretor da

Faculdade de Direito da UnB; Menelick Carvalho Netto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB; e Fábio Konder Comparato, presidente da Escola de Governo de São Paulo e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Geovani Borges • Antônio Carlos Valadares • Romeu Tuma

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Valdir Raupp diz que existe acordo com lideranças

CCJ pode votar hoje projeto dos precatórios

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) declarou que o substitutivo sobre o pagamento de precatórios deve ser votado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentado por Raupp, esse texto foi elaborado a partir de sete propostas de emenda à Constituição (PECs) das quais ele é o relator.

– Devemos votar e aprovar nesta quarta-feira para então encaminhar a matéria ao Plenário do Senado – afirmou, em entrevista concedida ontem à Agência Senado.

Segundo Raupp, já haveria um acordo com as lideranças do Democratas, do PSDB e do PT para aprovação do substitutivo.

Precatórios são as dívidas da administração pública (União, estados e municípios) cujo pagamento foi determinado pela Justiça – ou seja, são débitos dos governos federal, estaduais e municipais estabelecidos por sentença judicial. No entanto, a maior parte dos precatórios em atraso tem origem em estados e municípios.

Emendas

Valdir Raupp disse que pretende acatar emenda apresentada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A emenda acrescenta um item a uma das principais medidas do substitutivo, que é a criação de um regime especial de pagamentos.

Da forma como está atualmente, o texto prevê que uma parcela dos precatórios atrasados seria paga por meio de leilões e outra parcela por ordem crescente de valor. Com a emenda de Azeredo, o regime especial teria uma terceira forma de pagamento, na qual os precatórios mais antigos seriam os privilegiados.

A preparação geral para o trabalho e a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas na própria escola ou em cooperação, segundo projeto aprovado ontem

Educação deverá articular-se com a formação profissional

A EDUCAÇÃO DE jovens e adultos deverá articular-se preferencialmente com a educação profissional, segundo estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A educação profissional e tecnológica, conforme a proposta, abrangerá cursos de formação inicial e continuada, de nível médio e de graduação e pós-graduação.

Ainda de acordo com o projeto (PLC 18/08), a educação profissional

técnica de nível médio será desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio ou de forma subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Por outro lado, a preparação geral para o trabalho e a habilitação profissional, segundo a proposta, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de nível médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação

profissional. A proposta será ainda analisada pelo Plenário.

– O que se deseja é institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, com vistas a estabelecer as condições de melhor preparo e adequada capacitação dos alunos, de modo a aumentar sua empregabilidade – disse o relator do projeto, senador Marco Maciel (DEM-PE).



Pedro Simon (E), Marco Maciel e Sérgio Zambiasi participam da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Aprovado projeto que regulamenta profissão de físico

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou ontem projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que regulamenta a profissão de físico. A proposta, que teve como relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ainda será votada em decisão teminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o projeto (PLS 159/05), modificado por emendas do relator, o exercício da profissão de físico é assegurado aos diplomados em Física

por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos; aos diplomados em curso superior similar, no exterior, após revalidação do diploma; e aos que, até a data da publicação da nova lei, obtiveram o diploma de mestrado em Física. Também será facultado o exercício da profissão aos que, à data da publicação da nova lei, venham exercendo efetivamente atividades atribuídas ao físico, embora não diplomados nos termos dos incisos anteriores.

Foi adiada para a próxima reunião a votação do Projeto de Lei do Senado 144/07, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que o próprio autor denomina projeto da Lei de Responsabilidade Educacional. Por meio da proposta, o senador sugere o estabelecimento de punições tanto às autoridades que não oferecerem vagas nas escolas quanto aos pais e responsáveis que não matricularem as crianças e adolescentes nas escolas. O pedido de adiamento foi feito

pelo relator do projeto, Wellington Salgado (PMDB-MG), que terá reunião com sua assessoria jurídica para tentar sanar dúvidas relativas à legalidade da proposição.

Wellington Salgado havia inicialmente sugerido a realização de um ciclo de audiências públicas sobre o projeto, mas decidiu solicitar o adiamento da votação para atender a um pedido do autor da proposta, que também é presidente da CE. Durante a discussão, a iniciativa de elaborar o projeto foi elogiada pelos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Flávio Arns (PT-PR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Como foram apreciados apenas os projetos não terminativos, ficou adiada a votação de projetos que receberão na comissão decisão teminativa, como o PLS 387/07, de autoria do então senador Wilson Matos, que define a frequência mínima para aprovação de alunos da educação superior.



Marcelo Crivella



Economia estabilizada é fruto do Plano Real, afirma Papaléo

Papaléo faz balanço dos 15 anos do Real

Papaléo Paes (PSDB-AP) recordou ontem que, há 15 anos, durante o governo Itamar Franco, um grupo de economistas “da mais alta estirpe” começava a elaborar o que seria o Plano Real. Na interpretação do senador, os frutos do plano no Brasil de hoje são a economia estabilizada, a inflação sob controle e o país incluído na lista daqueles que cumprem as regras da economia mundial.

Papaléo afirmou que, entre 1986 e 1993, o Brasil passou por cinco planos econômicos, “todos na linha do choque heterodoxo”, com o objetivo de acabar com a inflação. Os resultados desses planos foram os mesmos: a inflação era controlada por alguns meses, mas voltava com mais força, disse o senador.

– Chegamos àquele maio de 1993 no pior dos mundos. A inflação medida pelo IGP-M beirava os 30% e já se trabalhava com uma perspectiva de inflação anual na faixa de 2.500% – recordou.

Foi nessa época que o presidente Itamar Franco resolveu nomear, conforme acrescentou, Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda e o Plano Real começou a tomar corpo

Nova moeda

Em 1º de julho de 1994 foi criada a Unidade Real de Valor (URV – instituída em março), que, posteriormente, deu lugar à nova moeda brasileira, o real. Finalmente, avaliou Papaléo, a inflação estava sob controle.

– O coroamento desse processo se deu com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 25 de maio de 2002. Uma lei que muda a história da administração pública no país.

Rosalba cobra refinaria no Rio Grande do Norte

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) afirmou ontem que o governo federal, por decisões políticas, não tem reconhecido o valor da contribuição do petróleo do Rio Grande do

Norte para o crescimento do país e deixa seus cidadãos crescentemente indignados com a injustiça de o estado não ter uma refinaria.

– Já fomos preteridos quando

se falava na primeira refinaria para o Nordeste, que acabou indo para Pernambuco; depois outra refinaria foi para o Rio de Janeiro. Agora, o anúncio está em todos os jornais de

uma segunda refinaria para o Nordeste que vai para o Maranhão.

Rosalba disse que o Rio Grande do Norte tem as condições para receber uma refinaria.

CAE discutirá empréstimo para o Amazonas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública com autoridades do Amazonas para discutir a Mensagem 103/08, da Presidência da República, que autoriza o estado a fazer empréstimo no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O debate foi proposto pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que se mostrou preocupado com as denúncias de desvio de recursos públicos no Amazonas.

– Tenho o dever de zelar pelo dinheiro público aplicado no meu país e também no meu estado. Isso [as denúncias de desvio de recursos públicos] deve ser transformado numa grande preocupação do Senado, que não deve aprovar todos os pedidos de empréstimos sem nada questionar – disse.

O empréstimo, de até US\$ 24,250 milhões, financiará o Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões, de apoio ao projeto Zona Franca Verde. De acordo com a mensagem, o programa deve garantir o uso sustentável dos recursos naturais, o fortalecimento dos serviços básicos e o desenvolvimento institucional. O projeto total prevê investimentos de US\$ 35 milhões – a diferença corresponde à contrapartida do município que será beneficiado pelo empreendimento.

O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi contra a proposta. Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP) apoiaram a iniciativa de Arthur Virgílio.

Toledo

A CAE aprovou ainda a Mensagem 104/08, que autoriza a concessão de empréstimo para o município de Toledo (PR), no valor de até US\$ 7.333.700, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O dinheiro financiará parcialmente programa de desenvolvimento socioeconômico sustentável do município. O relator da matéria foi o senador Jefferson Praia (PDT-AM).

A pedido de Osmar Dias (PDT-PR), que, juntamente com Flávio Arns (PT-PR), defendeu o empréstimo, a matéria – transformada em projeto de resolução – será encaminhada ao Plenário com solicitação de urgência para votação.

Também foi acolhida a Mensagem 4/08, do Executivo, com a programação monetária para o primeiro trimestre de 2008 e para o restante do ano. Entre outros temas, o documento especifica as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e descreve o comportamento previsto para a economia no período.

Projeto aprovado ontem pela CAE prevê pena de até cinco anos de reclusão para quem enviar *spam* que cause algum dano ao equipamento de terceiros



Mercadante (E), presidente da CAE, foi relator da matéria, que também pune o receptor de fotos com pornografia infantil

Crimes pela internet podem ter punição mais rigorosa

EM BREVE, O país poderá ter uma lei destinada a combater, com rigor, crimes praticados por meio da internet. Incluem-se aí desde o estelionato eletrônico até o acesso a rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado sem autorização do legítimo titular, quando exigida – caso que poderá levar à pena de um a três anos de reclusão. Ontem a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos de lei que tramitam em conjunto e 23 emendas apresentadas pelo relator da matéria na CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O substitutivo de Azeredo fora aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em junho de 2006, acolhendo parte do projeto do deputado Luiz Piauhyllino (PLC 89/03), bem como das propostas que tramitam em conjunto com a matéria: o PLS 76/00, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e o PL 137/00, do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Com o objetivo de regulamentar o uso da internet e combater os abusos na rede mundial de computadores,

as proposições já foram analisadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Entre as emendas apresentadas por Mercadante, está a que obriga o responsável pelo provimento de acesso a rede de computadores a manter, pelo prazo de três anos, os dados de endereçamento eletrônico da origem, hora e data, para fins de possível futura investigação, mediante prévia requisição judicial.

Outra emenda combate a pedofilia pela internet. A proposta também passa a punir o receptor que divulgar fotografias, imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. O substitutivo punia apenas quem produzisse, divulgasse ou vendesse o material pornográfico.

As emendas aprovadas ainda penalizam quem divulgar ou utilizar indevidamente informações e dados pessoais;



Eduardo Azeredo é autor do substitutivo aprovado

atentar contra a segurança de serviço de utilidade pública; falsificar dados eletrônicos ou documentos públicos; e inserir *spams* que venham a danificar equipamentos de terceiros, entre outras condutas. Nese último caso, a pena é mais dura: reclusão de dois a cinco anos,

mais multa.

Senadores presentes à reunião enalteceram o substitutivo de Azeredo e as emendas de Mercadante. Todos afirmaram que a proposição – que tem o aval do Ministério da Justiça – será um forte instrumento no combate a crimes cibernéticos. Tomaram parte nos debates os senadores Delcídio Amaral (PT-MS); Jefferson Praia (PDT-AM); Renato Casagrande (PSB-ES); Antonio Carlos Júnior (DEM-BA); Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, para o Plenário.

Comissão dá sinal verde a fundo ambiental

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem encaminhar à Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional, sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA).

De acordo com a proposta, o fundo seria composto de receitas oriundas da cobrança de taxa de até 1% sobre as importações globais e ficaria sob a gestão e fiscalização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O objetivo, disse Mercadante, seria financiar programas, projetos e ações destinados à promoção do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente equilibrado.

A proposta já obteve o

aval das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Requerimentos

A CAE aprovou ainda requerimento de Mercadante para a realização de audiência pública sobre a concessão de patentes a fórmulas polimórficas de medicamentos. Especialistas garantem que os polimorfos não deveriam ser patenteados porque são estruturas cristalinas de substâncias já conhecidas. Com isso, alerta o senador, poderiam ser retirados do domínio público medicamentos considerados vitais para o combate a epidemias, incluindo a aids.

Foram acolhidos também pela Comissão de Assuntos Econômicos outros quatro requerimentos propondo a realização de audiências públicas: um, do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), para debater a regulamentação das operações de fomento mercantil – conhecidas como *factoring*; outro, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), que visa discutir a criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB); e os dois últimos, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), destinados a discutir o local de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas operações de arrendamento mercantil (*leasing*).

Transportador paraguaio pagará menos imposto

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) resolve um antigo problema do transporte de carga autônomo entre Brasil e Paraguai. Pela proposição (PLC 71/08), de autoria da Presidência da República e que tramita em regime de urgência, os transportadores paraguaios pagarão menos imposto de renda, ao se beneficiar da tabela de deduções aplicada a esses profissionais brasileiros.

O Executivo alega que, ao oferecer tratamento recíproco ao transportadores do Paraguai, será incrementado o comércio bilateral. O governo destaca que pretende favorecer o aumento das compras de produtos paraguaios para atender o Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento, assinado entre os dois países.

Para calcular o valor do tributo pago pelos transportadores residentes no Brasil, aplica-se, conforme a legislação do Imposto de Renda (Lei 7.713/88), uma tabela progressiva mensal sobre a base de cálculo reduzida, equivalente a 40% do rendimento bruto decorrente do transporte de carga. Para os domiciliados no exterior, a base de cálculo é o rendimento bruto, com tributação definitiva equivalente a 25% do valor.

– Fica evidente que o transportador autônomo paraguaio, cujo concurso é indispensável sobretudo nos momentos de pico da safra de grãos, tem sua atividade prejudicada, pois não pode embutir no preço do frete o custo do tributo – afirmou o relator da matéria, senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Deduções

De acordo com o texto aprovado, “os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos por contratante pessoa jurídica domiciliada no país – autorizada a operar transporte rodoviário internacional de carga a beneficiário transportador autônomo pessoa física, residente no Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse país – estão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte”, com base nas tabelas progressivas mensais previstas na Lei 11.482/07.

Em 2008, as faixas de valores da base de cálculo são as seguintes: até R\$ 1.372,81, não há incidência de imposto; de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25, a alíquota é de 15%; acima desse valor, a tributação é de R\$ 27,5%.

O projeto tramita em regime de urgência. O prazo para votação nas comissões já terminou. E 20 de junho é o último dia para sua inclusão na ordem do dia do Plenário.